

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 243RX-002-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
P2CR Serviços de Informática S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da P2CR Serviços de Informática S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial da controladora em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente individuais e consolidadas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da P2CR Serviços de Informática S.A. em 31 de dezembro de 2023 o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de abril de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Emerson Del Vale da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9

P2CR Serviços de Informática S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado
		2023	2022	2022
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.181.220	508.656	520.919
Contas a receber	7	3.192.072	2.328.827	2.388.896
Impostos a recuperar	8	218.550	551.126	563.312
Adiantamentos	-	514.624	261.090	261.090
Partes relacionadas	9	-	425.457	425.457
Despesas antecipadas	-	87.238	16.532	16.532
Total do ativo circulante		5.193.704	4.091.688	4.176.206
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	9	1.024.649	2.127.285	2.207.285
Investimentos	10	-	117.579	-
Tributos diferidos		320.027	-	-
Imobilizado	11	819.958	935.731	935.731
Intangível	12	5.774.811	3.001.762	3.001.762
Total do ativo não circulante		7.939.445	6.182.357	6.144.778
Total do ativo		13.133.149	10.274.045	10.320.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

P2CR Serviços de Informática S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado
		2023	2022	2022
Passivo circulante				
Fornecedores	13	661.714	336.683	378.879
Partes relacionadas	9	-	497.957	497.957
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	2.101.616	1.745.180	1.745.180
Obrigações tributárias	16	254.891	418.092	422.835
Parcelamento de tributos	17	24.956	22.877	22.877
Passivo de arrendamento	14	161.578	234.043	234.043
Outras contas a pagar		88.737	-	-
Total do passivo circulante		<u>3.293.492</u>	<u>3.254.832</u>	<u>3.301.771</u>
Passivo não circulante				
Partes relacionadas	9	-	19.926	19.926
Parcelamento de tributos	17	62.390	89.425	89.425
Passivo de arrendamento	14	-	141.232	141.232
Total do passivo não circulante		<u>62.390</u>	<u>250.583</u>	<u>250.583</u>
Patrimônio líquido	18			
Capital social	-	701.843	701.843	701.843
Reservas de lucros	-	9.075.424	6.066.787	6.066.787
Total do patrimônio líquido		<u>9.777.267</u>	<u>6.768.630</u>	<u>6.768.630</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>13.133.149</u>	<u>10.274.045</u>	<u>10.320.984</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	19	27.155.064	19.523.016	27.155.064	19.653.377
Custos dos serviços prestados	20	(13.083.129)	(11.636.083)	(13.083.129)	(11.636.083)
Lucro bruto		14.071.935	7.886.933	14.071.935	8.017.294
Despesas operacionais, gerais e administrativas.	21	(7.258.221)	(3.255.434)	(7.266.358)	(3.258.223)
Depreciação e amortização	21	(599.732)	(435.191)	(599.732)	(435.191)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(40.007)	120.917	-	-
Outras receitas/(despesas)	-	(35.463)	(738.276)	(67.471)	(738.472)
Total de despesas operacionais		(7.933.423)	(4.307.984)	(7.933.561)	(4.431.886)
Lucro antes do resultado financeiro		6.138.512	3.578.949	6.138.374	3.585.408
Resultado financeiro	22	(798.398)	44.224	(798.260)	44.081
Lucro antes dos tributos		5.340.114	3.623.173	5.340.114	3.629.489
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(550.845)	(362.091)	(550.845)	(368.407)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	320.027	-	320.027	-
Lucro do exercício		5.109.296	3.261.082	5.109.296	3.261.082
Lucro por ação		31,35	20,01		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício	5.109.296	3.261.082	5.109.296	3.261.082
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>5.109.296</u>	<u>3.261.082</u>	<u>5.109.296</u>	<u>3.261.082</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	<u>Reservas de lucros</u>					<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros retidos</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	701.843	-	-	3.530.257	-	4.232.100
Plano de outorga de opções de ações	-	115.447	-	-	-	115.447
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.261.082	3.261.082
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(840.000)	(840.000)
Constituição de reservas	-	-	163.054	2.258.028	(2.421.082)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>701.843</u>	<u>115.447</u>	<u>163.054</u>	<u>5.788.285</u>	<u>-</u>	<u>6.768.629</u>
Plano de outorga de opções de ações	-	109.342	-	-	-	109.342
Lucro do exercício	-	-	-	-	5.109.296	5.109.296
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(1.605.270)	(1.605.270)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(604.730)	(604.730)
Constituição de reservas	-	-	47.499	2.851.797	(2.899.296)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>701.843</u>	<u>224.789</u>	<u>210.553</u>	<u>8.640.082</u>	<u>-</u>	<u>9.777.267</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

P2CR Serviços de Informática S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício	5.109.296	3.261.082	3.261.082
Ajustados por:			
Depreciação e amortização	574.220	490.053	490.053
Baixa de imobilizado	175.343	219.351	219.351
Baixa de intangível	379.136	78.389	78.389
Tributos diferidos	(320.027)	-	-
Equivalência patrimonial	40.007	(120.917)	-
Provisão para perda	(203.338)	203.338	-
Outros resultados nos investimentos	241.207	-	-
Juros sobre arrendamento	34.774	82.883	82.883
Aumento / Redução do ativo			
Contas a receber	(863.245)	(866.261)	(926.330)
Impostos a recuperar	332.576	(544.359)	(556.545)
Adiantamentos	(253.534)	(214.931)	(214.931)
Despesas antecipadas	(70.706)	7.441	7.441
Aumento / Redução do passivo			
Fornecedores	325.031	(43.046)	(850)
Obrigações tributárias	(163.201)	(151.929)	(147.186)
Obrigações trabalhistas	356.436	686.528	686.528
Parcelamento de tributos	(24.956)	112.302	112.302
Outras contas a pagar	88.737	-	-
(=) Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	5.757.756	3.199.924	3.092.187
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos	39.702	(200.000)	-
Aquisição de imobilizado	(414.696)	(519.922)	(519.922)
Aquisição de intangível	(3.371.279)	(1.245.302)	(1.245.302)
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(3.746.273)	(1.965.224)	(1.765.224)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas	1.010.210	(516.556)	(596.556)
Arrendamentos pagos	(248.471)	(277.933)	(277.933)
Aumento de capital	109.342	115.447	115.447
Distribuição de dividendos	(1.605.270)	(840.000)	(840.000)
Juros sobre capital próprio	(604.730)	-	-
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	(1.338.919)	(1.519.042)	(1.599.042)
Diminuição de caixa equivalentes de caixa	672.564	(284.342)	(272.079)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	508.656	792.998	792.998
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.181.220	508.656	520.919
Diminuição de caixa equivalentes de caixa	672.564	(284.342)	(272.079)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A P2CR Serviços de Informática S.A.(Companhia) tem como objeto social a prestação de serviços de informática, locação, elaboração e desenvolvimento de programas de computadores e softwares customizáveis ou não, suporte técnico em informática, programação, análise de desenvolvimento de sistemas, treinamento gerencial e profissional, tecnologia da informação, processamento de dados, digitação, serviços auxiliares de informática, instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet.

A Companhia está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.519.837/0001- 07 e, NIRE – Número de Inscrição de Registro de Companhias nº 35.227.709.739. Está sediada na cidade de São Paulo (SP), na Avenida Marques de São Vicente, nº 2219, 19º andar, Sala 1907 – Várzea da Barra Funda, CEP 05.036-040.

2. Bases de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada em 16 de abril de 2024.

2.1.1. Combinação de negócios

Os valores dos investimentos considerados para combinações de negócio, registradas foram as seguintes:

a) **FFCUBE Treinamentos Corporativos Ltda. adquirido em 30 de março de 2022**

Em 30 de março de 2022 a Companhia assinou o acordo de investimento por meio do qual adquiriu 100% de participação societária da FFCUBE Treinamentos Corporativos Ltda. O controle efetivo da adquirida foi considerado como sendo em 30 de março de 2022, data em que efetivamente a administração passou a ser realizada pela Companhia.

Na cláusula 2.2 do “Contrato de compra e venda de quotas e outras avenças” firmado entre as partes envolvidas nesta, menciona que o valor do investimento inicial para aquisição de 100% das quotas é de até R\$ 200.000.000 (duzentos mil reais) que foram pagos da seguinte forma:

- i) R\$100.000, em 10 de abril de 2022; e
- ii) R\$100.000, em 10 de maio de 2022.

Apresentamos, a seguir, a apuração do valor de *goodwill*, que corresponde à diferença entre o preço de compra pela aquisição de controle da Sociedade adquirida em relação aos valores patrimoniais inicialmente apurados em 1º de janeiro de 2023:

Data da obtenção do controle	30/03/2022
Percentual adquirido	100%
Contraprestação transferida a valor presente	200.000
Valor patrimonial	32.017
Participação ajustada no patrimônio após a integralização (100%)	32.017
Ágio (<i>goodwill</i>)	167.983

O *goodwill* no montante de R\$ 167.983 foi registrado no balanço patrimonial, na rubrica “Intangível” nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo apresentado somada a investimentos no balanço individual.

Em 18 de dezembro de 2023 a **FFCUBE** encerrou suas atividades, sendo restituído o capital remanescente no valor de R\$39.702. O ágio registrado no balanço patrimonial, na rubrica “intangível”, foi baixado definitivamente contra a provisão para perdas registrada em exercícios anteriores, não gerando efeito no resultado de 2023.

3. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, nessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Classificação de Itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2. Instrumentos financeiros ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.6. Arrendamentos

Ativo de direito de uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

Passivo de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total de pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.7. Intangível desenvolvimento de produtos

Para avaliar se o ativo intangível gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento, a Companhia classifica a geração do ativo em:

- Fase de pesquisa; e
- Fase de desenvolvimento.

Para os gastos gerados internamente que estão classificados como na fase de pesquisa a Companhia reconhece estes gastos diretamente no resultado do exercício.

Quando o gasto está classificado na fase de desenvolvimento ele se qualifica para o reconhecimento devido já ser possível identificar que existirão benefícios econômicos futuros.

Softwares

Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativo não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para estas demonstrações contábeis a Companhia concluiu que não existem perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.12. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.14. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

3.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.16. Receita de contratos com clientes

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: **(i)** quando as partes do contrato aprovarem o contrato; **(ii)** quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos; **(iii)** quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento; **(iv)** quando o contrato possuir substância comercial; e **(v)** quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

3.17. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

- a) Prazo e determinação da taxa incremental de arrendamentos;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e estoques;
- d) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

3.18. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge*, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado; e
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia pretende adotar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por avaliar as alterações nos contratos como modificação do contrato de arrendamento e não aplicou tal expediente.

Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

a) Alterações ao CPC 26 (R1) (IAS 1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia se tais alterações terão impacto na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação.

b) Alterações ao 23 (IAS 8): Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações têm o intuito de ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Atualmente a Companhia avalia os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Outros passivos financeiros:** são classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- c) **Valor justo:** os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

d) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** a Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

- **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

- **Risco de crédito**

As políticas de vendas consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação da carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de crédito.

- **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

- **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Controladora - 2023					
Ativos financeiros	Custo amortizado	Total	Passivos financeiros	Custo amortizado	Total
Caixa e bancos	1.181.220	1.181.220	Fornecedores	661.714	661.714
Contas a receber	3.192.072	3.192.072	Passivo de arrendamento	161.578	161.578
Total dos ativos financeiros	4.373.292	4.373.292	Total dos passivos financeiros	823.292	823.292

2022									
Ativos financeiros	Controladora		Consolidado		Passivo financeiros	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Caixa e bancos	508.656	508.656	520.919	520.919	Fornecedores	336.683	336.683	378.879	378.879
Contas a receber	2.328.827	2.328.827	2.388.896	2.388.896	Passivo de arrendamento	375.275	375.275	375.275	375.275
Total dos ativos financeiros	2.837.483	2.837.483	2.909.815	2.909.815	Total dos passivos financeiros	711.958	711.958	754.154	754.154

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Caixa geral	136	220	220
Banco conta movimento	72.244	508.436	520.699
Aplicações financeiras	1.108.840	-	-
Total de caixa e equivalentes	1.181.220	508.656	520.919

A composição dos saldos refere-se aos valores mantidos em caixa para pagamento de pequenas despesas e saldos bancários em conta movimento são de alta liquidez.

7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e estão demonstrados valores referentes aos títulos e créditos a receber, resultado dos serviços prestados no período nos montantes demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Circulante			
Clientes - mercado interno	3.192.072	2.328.827	2.388.896
Total de contas a receber de clientes	3.192.072	2.328.827	2.388.896

O *aging* do contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão a seguir representado:

Aging de Contas a Receber	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
A Vencer	2.126.812	1.999.392	2.059.461
Vencidos de 1 a 30 dias	243.200	82.355	82.355
Vencidos de 31 a 90 dias	239.770	108.887	108.887
Vencidos de 91 a 120 dias	112.590	35.482	35.482
Vencidos de 121 a 180 dias	158.124	102.711	102.711
Vencidos de 181 a 365 dias	158.214	-	-
Vencidos acima de 365 dias	153.362	-	-
Total contas a receber	3.192.072	2.328.827	2.388.896

A política da Companhia constitui PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa), para títulos vencidos a mais de 180 dias. Os clientes com títulos em abertos acima deste período, estão com negociações em andamento. Deste modo, a Administração não constituiu provisão para estes títulos.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
IRRF a recuperar	18.974	6.767	7.095
CSLL retido a recuperar	-	-	204
PIS retido a recuperar	-	-	133
Cofins retido a recuperar	-	-	612
INSS a compensar	-	-	10.520
Simplex a compensar	-	-	389
IRPJ a compensar	52.304	397.087	397.087
CSLL a compensar	147.272	147.272	147.272
Total de Impostos a Recuperar	218.550	551.126	563.312

9. Partes relacionadas

A Sociedade possui conta corrente com parte relacionada denominada Contábil 360 EIRELI, com CNPJ nº 31.732.731/0001-55, representada pela rubrica "Partes Relacionadas", no Ativo circulante e não circulante e conta corrente com parte relacionada com o sócio Fernando Carbonell representada pela rubrica "Partes relacionadas", no Passivo circulante e não circulante, conforme demonstrados abaixo:

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
360 Eireli	1.024.649	425.457	-	497.957
Sócio PF	-	2.127.285	-	19.926
Total	1.024.649	2.552.742	-	517.883
Circulante	-	425.457	-	497.957
Não circulante	1.024.649	2.127.285	-	19.926
Total	1.024.649	2.552.742	-	517.883

	Consolidado	
	2022	
	Ativo	Passivo
360 Eireli	425.457	497.957
Sócio PF	2.207.285	19.926
Total	2.632.742	517.883
Circulante	425.457	497.957
Não circulante	2.207.285	19.926
Total	2.632.742	517.883

10. Investimentos

	Controladora	
	2023	2022
Saldo no início do período	117.579	-
Adição de investimento (valor justo)	-	32.017
Ágio pago na aquisição	-	167.983
Baixa de investimento	(241.208)	-
Provisão para perdas	-	(203.338)
Reversão de provisão para perdas	203.338	-
Resultado de equivalência patrimonial	(40.007)	120.917
Dividendos distribuídos	(39.702)	-
Saldo no fim do período	-	117.579

11. Imobilizado

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Imobilizado	819.958	935.731
Total	819.958	935.731

Mapa de movimentação de ativo imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Taxas de depreciação	4%	10%	10%	20%	-
Em 31 de dezembro 2021	261.726	19.217	56.235	601.459	938.637
Adições	-	13.935	1.630	504.357	519.922
Baixas líquidas				(219.351)	(219.351)
Depreciação	(64.781)	(2.888)	(7.171)	(228.637)	(303.477)
Em 31 de dezembro 2022					
Custo	323.906	38.157	71.713	922.381	1.356.157
Dep. acum. e <i>impairment</i>	(126.961)	(7.893)	(21.019)	(264.553)	(420.426)
Valor líquido contábil	196.945	30.264	50.694	657.828	935.731
Adições				414.696	414.696
Baixas líquidas				(175.343)	(175.343)
Depreciação	(64.782)	(3.815)	(7.171)	(279.358)	(355.126)
Em 31 de dezembro 2023					
Custo	323.906	38.157	71.713	1.062.677	1.496.453
Dep. acum. e <i>impairment</i>	(191.743)	(11.708)	(28.190)	(444.854)	(676.495)
Valor líquido contábil	132.163	26.449	43.523	617.823	819.958

Após uma avaliação interna detalhada, a administração concluiu que não havia evidência objetiva de desvalorização dos ativos intangíveis durante o período de 2023. Essa conclusão foi baseada em diversos fatores, identificou-se ativos intangíveis em fase de desenvolvimento durante o período do ano de 2023, os quais não foram amortizados devido ao estágio atual de seu ciclo de vida. Estes ativos intangíveis representam investimentos substanciais em pesquisa e desenvolvimento, visando aprimorar produtos ou tecnologias com o objetivo de agregar valor antes da comercialização. Os ativos intangíveis em questão estão em uma fase ativa de desenvolvimento, onde os esforços contínuos de pesquisa e aprimoramento estão adicionando valor significativo aos produtos ou tecnologias subjacentes. Neste estágio, ainda não é apropriado reconhecer uma despesa de amortização, uma vez que o potencial valor futuro justifica o investimento contínuo.

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Intangível líquido	5.774.811	3.001.762
Total	5.774.811	3.001.762

Mapa de movimentação de intangível

(a) Plataforma franqueador

Ferramenta voltada ao franqueador parceiro F360, com visualização das informações gerenciais financeiras de franqueados clientes F360 Finanças, a expectativa de início de operações e geração de caixa desta ferramenta é no 2º semestre de 2024.

(b) Vendas e performance

Ferramenta para gestão de vendas, indicadores e comparativos de resultados voltado a comerciantes varejistas, com integração ao sistema F360 Finanças, o produto está finalizado e passando pela etapa de testes no mercado com expectativa de ativação no 1º semestre de 2024 e geração de caixa imediata.

(c) Emissor de nota fiscal

Ferramenta habilitada para emissão de notas fiscais de circulação de mercadorias, de forma eletrônica, com comunicação com os fiscos estaduais, conforme suas legislações e integração com o sistema F360 Finanças, esta ferramenta está passando por melhorias e inclusão de novas funcionalidades e testes, a expectativa de ativação no 1º semestre de 2024.

(d) Plataforma F360 Contábil

Plataforma voltada para comunicação de BPO Contábil com o cliente, utilizando integração com o sistema F360 Finanças, a ferramenta está em processo de desenvolvimento com expectativa de finalização das primeiras funcionalidades no 1º semestre de 2024.

(e) F360 Pessoas

Plataforma voltada à gestão de recursos humanos, como controle de documentação, contratações, pedidos de férias, pedido de benefícios, entre outro, a ferramenta está em processo de desenvolvimento com expectativa de finalização das primeiras funcionalidades no 1º semestre de 2024.

(f) Telemetria e integrações

A Telemetria é um sistema de gestão com tecnologia avançada e abrangente, o qual levanta, armazena e repassa informações privilegiadas, de forma remota. Integrações realiza a interligação do sistema PDV ao módulo de controle financeiro do Sistema de Gestão Empresarial, com esse sistema é possível contabilizar as vendas feitas em tempo real, da mesma maneira, os pagamentos recebidos (podem ser à vista ou a prazo) são atualizados de forma automática no sistema, ambas ferramentas estão em fase final de testes, a expectativa de ativação no 1º semestre de 2024.

(g) **Direito de uso sobre arrendamentos**

A taxa de amortização foi calculada com base no período do contrato de arrendamento, que se refere a sede a Companhia, localizado na Avenida Marques de São Vicente, n.º 2219, São Paulo.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Fornecedor Mercado Interno	661.714	336.683	378.879
Total de fornecedores	661.714	336.683	378.879

Aging List de fornecedores

A vencer em até 3 meses	661.714	336.683	378.879
Total	661.714	336.683	378.879

14. Passivo de arrendamento

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Circulante - taxas		
Arrendamentos 6,5% a.a.	213.353	271.528
(-) Ajuste a valor presente	(51.775)	(37.485)
Parcela circulante	161.578	234.043
Não circulante		
Arrendamentos 6,5% a.a.	-	167.602
(-) Ajuste a valor presente	-	(26.370)
Parcela não circulante	-	141.232
Total de passivo de arrendamento	161.578	375.275

a) ***Aging por vencimento:***

Por data de vencimento	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Em até 06 meses	108.564	117.022
De 06 meses a 01 ano	53.014	117.022
De 01 a 02 anos	-	141.231
Total de passivo de arrendamento	161.578	375.275

Por tipo de moeda	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Reais	161.578	375.275
Total	161.578	375.275

b) Movimentação dos arrendamentos:

	Matriz	Total
Em 31 de dezembro 2021	570.325	570.325
Pagamentos	(277.910)	(277.910)
Juros incorridos (AVP)	82.860	82.860
Em 31 de dezembro 2022	375.275	375.275
Pagamentos	(248.471)	(248.471)
Juros incorridos (AVP)	34.774	34.774
Em 31 de dezembro 2023	161.578	161.578

15. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Salários a pagar	621.951	461.704
Pró-labore a pagar	-	13.210
FGTS a recolher	90.221	66.886
INSS a recolher	228.620	187.846
IRRF sobre salários	190.682	177.425
Contribuição sindical	1.856	1.979
Provisão de férias	846.009	725.841
Provisão encargos sobre férias	122.277	110.289
Total de obrigações sociais	2.101.616	1.745.180

16. Obrigações tributárias

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
PIS a recolher	20.621	15.202
Cofins a recolher	95.414	70.164
ISS a recolher	84.943	68.297
IRPJ a recolher	23.217	190.969
CSLL a recolher	8.358	70.909
INSS retido a recolher	77	-
IRRF a recolher	13.921	622
CSRF a recolher	8.340	1.929
Total de obrigações tributárias	254.891	418.092

17. Parcelamento de tributos

Em julho de 2023 foi realizado parcelamento simplificado de PIS e Cofins apurados e não liquidados nos anos de 2017 a 2021. O parcelamento foi realizado em 60 parcelas com vencimento inicial em julho de 2022 e final em junho de 2027.

Controladora e consolidado	Impostos	Circulante		Não circulante	
		2023	2022	2023	2022
Tipo de parcelamento	Parcelados				
Parcelamento simplificado	PIS e Cofins	24.956	22.877	62.390	89.425
Total		24.956	22.877	62.390	89.425

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	2023
2024	-
2025	24.956
2026	24.956
A partir de 2027	12.478
Total	62.390

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada 22 de agosto de 2020, o valor do Capital Social da Sociedade é de R\$ 701.843 (setecentos e um mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e nove centavos), representado por 83.130 (oitenta e três mil, cento e trinta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, 976 (novecentos e setenta e seis) ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal e 79.870 (setenta e nove mil, oitocentos e setenta) ações preferenciais Classe B nominativas e sem valor nominal, totalizando 163.976 (cento e sessenta e três mil, novecentos e setenta e seis) ações.

Sócios	Ações	%	Valor - R\$
Finanças 360 Participações Ltda.	83.628	51%	357.940
Sputnik Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica	80.348	49%	343.903
Total	163.976	100%	701.843

b) Dividendos mínimos obrigatórios

Em 2022, foram distribuídos, a título de Lucros auferidos no período, o R\$840.000 conforme destinações realizadas pela diretoria da sociedade.

Em 2023, foram distribuídos, a título de Lucros auferidos no período, o R\$2.210.000, conforme destinações realizadas pela diretoria da sociedade.

c) Reserva legal

Constituída com base no artigo nº 193 da Lei das sociedades por ações (Lei nº 6404/76) através da aplicação 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social da empresa.

d) Reserva de lucros retidos

Constituída, ao final do exercício, com o saldo remanescente de lucro do exercício após as destinações propostas pela administração.

18.1. Plano de outorga de opções de compra de ações

A Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 18 de fevereiro de 2021, aprovou o 1º Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano" ou "Stock Options"). Este permitirá aos beneficiários que adquiram suas ações a preços específicos, objetivando: **(i)** estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; **(ii)** alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano; **(iii)** possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados os Beneficiários e incentivar a criação de valor à Companhia; e **(iv)** compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas, administradores e empregados da Companhia.

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, sendo os beneficiários escolhidos e eleitos por ele, a seu exclusivo critério, que celebrarão os Contratos de Opção no qual especificará, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: **(i)** a quantidade de Opções objeto da outorga; **(ii)** termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; **(iii)** o prazo final para exercício das Opções; e **(iv)** o Preço de Exercício e condições de pagamento.

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob o seu controle, a partir da data de Outorga, considerando o período de *cliff* de 2 anos até os prazos de carência especificados abaixo:

Aos beneficiários aplicam-se os seguintes prazos de carência:

- i) 40% das Opções serão exercíveis após o período de *cliff* de 2 anos da Data de Outorga;
- ii) 20% das Opções serão exercíveis após 3 anos da Data de Outorga;
- iii) 20% das Opções serão exercíveis após 4 anos da Data de Outorga; e
- iv) 20% das Opções serão exercíveis após 5 anos da Data de Outorga.

O Período de *vesting*, inicia-se após findo o período de cliff, ou seja, após 2 anos da outorga, em 2022 o montante calculado e registrado de R\$115.446,52 decorrente das outorgas realizadas no período.

Registramos em 2023 o montante de R\$ 109.342, perfazendo um saldo de R\$ 224.78 decorrente das outorgas realizadas no período.

19. Receita líquida com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de prestação de serviços	30.545.279	21.948.286	30.545.279	22.078.647
Receita bruta	30.545.279	21.948.286	30.545.279	22.078.647
(-) ISS	(889.167)	(636.484)	(889.167)	(636.484)
(-) PIS	(201.470)	(142.664)	(201.470)	(142.664)
(-) COFINS	(929.963)	(658.449)	(929.963)	(658.449)
(-) INSS (a)	(1.369.615)	(987.673)	(1.369.615)	(987.673)
(-) Deduções da receita	(3.390.215)	(2.425.270)	(3.390.215)	(2.425.270)
Receita líquida de vendas	27.155.064	19.523.016	27.155.064	19.653.377

- (a) Os gastos com INSS ocorreram devido enquadramento na Lei nº12.546/2011 no ano de 2022 que desonera a folha de pagamento permitindo o recolhimento de 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

20. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários e ordenados	(5.134.958)	(5.165.827)	(5.134.958)	(5.165.827)
Serviços de informática/software	(538.833)	(1.040.017)	(538.833)	(1.040.017)
INSS	(503.728)	(350.582)	(503.728)	(350.582)
Serviços profissionais	(150.576)	(127.806)	(150.576)	(127.806)
Férias	(764.243)	(831.927)	(764.243)	(831.927)
Assessoria/consultoria	(2.329.713)	(714.442)	(2.329.713)	(714.442)
FGTS	(788.066)	(495.242)	(788.066)	(495.242)
13º Salário	(652.702)	(618.283)	(652.702)	(618.283)
Vale-refeição/alimentação	(799.811)	(584.798)	(799.811)	(584.798)
Vale-transporte	(160.945)	(139.617)	(160.945)	(139.617)
Assistência médica/odontologia	(857.186)	(754.547)	(857.186)	(754.547)
Bolsa-auxílio e outros benefícios	(402.368)	(812.995)	(402.368)	(812.995)
Total	(13.083.129)	(11.636.083)	(13.083.129)	(11.636.083)

A variação apresentada nos custos dos serviços prestados ocorreu devido ao crescimento de aproximadamente 74% no número de colaboradores, bem como revisão anual dos cargos e salários que foram reavaliados ao longo do período.

21. Despesas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Propaganda e publicidade	(531.641)	(871.690)	(531.641)	(871.690)
Despesas comerciais	(290.658)	(82.633)	(290.658)	(82.633)
Comissões	(2.720)	(19)	(2.720)	(19)
Outras despesas gerais e administrativas	(778.418)	(334.851)	(786.555)	(337.640)
Assessoria jurídica	(539.261)	(285.638)	(539.261)	(285.638)
Ocupação	(324.579)	(213.096)	(324.579)	(213.096)
Software e ferramentas administrativas	(1.865.121)	(813.916)	(1.865.121)	(813.916)
Brindes	(87.315)	-	(87.315)	-
Prêmio	(1.689.090)	(216.707)	(1.689.090)	(216.707)
Treinamento e desenvolvimento	(125.665)	(233.546)	(125.665)	(233.546)
Perdas em investimentos permanentes	(1.023.753)	(203.338)	(1.023.753)	(203.338)
Total de despesas operacionais gerais e administrativas	(7.258.221)	(3.255.434)	(7.266.358)	(3.258.223)

A variação apresentada nas despesas ocorreu devido ao crescimento no número de colaboradores onde cresceu a demanda por ferramentas para administração e investimento em CAC com implementação de governança e compliance na companhia, investimentos acompanhando o crescimento da receita de vendas.

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Depreciação e amortização	(599.732)	(435.191)
Total de depreciação e amortização	(599.732)	(435.191)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	26.112	301.022	26.112	301.022
Rendimento de aplicações	113.867	-	114.005	351
Multas ativas	-	328	-	328
Outras receitas financeiras	37.495	-	37.495	-
Total de receitas financeiras	177.474	301.350	177.612	301.701
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(172.438)	(127.632)	(172.438)	(128.124)
Descontos concedidos	(23.571)	(1.172)	(23.571)	(1.172)
Juros e mora	(35.808)	(43.326)	(35.808)	(43.328)
Juros de arrendamento	(56.816)	(82.883)	(56.816)	(82.883)
Juros sobre capital próprio	(604.730)	-	(604.730)	-
IOF	(41.012)	-	(41.012)	-
Multas passivas	(41.497)	(2.113)	(41.497)	(2.113)
Total de despesas financeiras	(975.872)	(257.126)	(975.872)	(257.620)
Resultado financeiro líquido	(798.398)	44.224	(798.260)	44.081

23. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda na controladora é calculado pelo lucro presumido trimestral, já na controlada é calculado com base no lucro presumido apurado na base de 32% de receita bruta mais outras receitas para cálculo do imposto de renda e contribuição social. A alíquota utilizada para o cálculo do imposto de renda é de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

i) Corrente

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes da tributação (lucro real)	5.340.114	3.623.173	5.340.114	3.704.629
Adição (exclusão) lucro real / Presumido	(4.763.052)	(2.522.907)	(4.763.052)	(2.522.907)
Base de cálculo				
(=) Lucro presumido - IRPJ	-	-	-	26.065
(=) Lucro presumido - CSLL	-	-	-	26.065
Outras receitas	-	-	-	351
(=) Base de cálculo - IRPJ	577.062	1.100.268	577.062	1.126.684
(=) Base de cálculo - CSLL	577.062	1.100.268	577.062	1.126.684
(x) Aplicação de alíquota do IRPJ - 15%	250.961	165.040	250.961	168.988
(+) Adicional - 10% (IRPJ)	149.307	98.027	149.307	98.027
(x) Aplicação de alíquotas do CSLL - 9%	150.577	99.024	150.577	101.392
(=) Imposto de renda e contribuição social total	(550.845)	(362.091)	(550.845)	(368.407)

ii) Diferido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal no 4º Trimestre	(941.256)	-	(941.256)	-
Base negativa de CSLL no 4º Trimestre	(941.256)	-	(941.256)	-
IRPJ - Diferido - 15%	141.188	-	141.188	-
Adicional de IRPJ - Diferido - 10%	94.126	-	94.126	-
CSLL - Diferido - 9%	84.713	-	84.713	-
(=) Imposto de renda e contribuição social total diferido	320.027	-	320.027	-

24. Contingência

A Companhia não possui contingências tributária, civil e trabalhista, cuja possibilidade de perda foi avaliada como risco provável. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui classificado como perda possível por seus assessores jurídicos o montante de R\$88.429 de causas trabalhistas.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Eventos subsequentes

Até o momento da aprovação das demonstrações contábeis anuais não foram identificados eventos subsequentes relevantes após a data-base.

* * *